



# Anais da Assembléia

N.º 140

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 07 DE DEZEMBRO DE 1.983

ANO IX

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

(a) NILSO SGUAREZI

ATA DA 131.ª SESSÃO ORDINÁRIA

(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO DE 1.983

(Quarta-feira)

Presidência do sr. deputado Nestor Baptista, secretariada pelos srs. deputados Djalma de Almeida Cesar e Dirceu Manfrinato.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Antônio Belinati, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes e Djalma de Almeida César (58).

Verificada a existência de número legal, o sr. presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Está em votação a ata que acaba de ser lida.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) Sr. presidente, solicito chamada nominal dos srs. deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

(É procedida a chamada nominal)

22 Srs. deputados responderam à chamada.

Há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Em votação a ata. — Aprovada.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

## REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e fulcraco em postulados contidos no Regimento Interno desta Casa Legislativa, REQUER regime de urgência aos projetos de lei devidamente epigrafados, cujo conteúdo encontra-se no anexo apensado.

Sala das Sessões, em 07 de dezembro de 1.983.

## REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que após ouvido o douto plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações pela passagem do 28.º aniversário do município de Arapoti, a ser comemorado no dia 18 do mês em curso.

Requer outrossim, que seja dado conhecimento ao Executivo e Legislativo daquele município; que se transforma com uma rapidez impressionante, mas que não perde as suas características de origem.

Sala das Sessões, em 07 de dezembro de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO

## REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER um voto de congratulações à já tradicional promoção “Chuteira de Ouro” da editora “Diário Popular.” Festa em que são homenageados os melhores do futebol do Paraná, na temporada, ela se repete todos os anos, tornando-se uma tradição em nosso calendário.

Desta vez ela se realizará na próxima segunda-feira, dia 12, oportunidade em que se confraternizarão, sob os signos do espírito natalino, todos os homens que lutam por dias melhores para o futebol de nossa terra.

Sala das Sessões, em 07 de dezembro de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER ao Ministério da Agricultura o estabelecimento de faixas de preços para a aquisição de sementes.

Sala das Sessões, em 07 de dezembro de 1983.

(a) ODENI MONGRUEL

## JUSTIFICATIVA:

Considerando que o comércio de sementes se comporta de acordo com a lei da oferta e da procura, ocasionando em determinadas ocasiões preços elevados para sua aquisição pelos pequenos produtores, acreditamos viável, após estudos específicos, o estabelecimento de faixas de preço diferenciadas para a compra de sementes.

Poderiam, inclusive, ser restringidas tais faixas apenas àqueles produtos mais usados pelo pequeno agricultor, como o caso do feijão e milho, exemplificativamente.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. presidente, srs. deputados.

Quero, nas minhas primeiras palavras, na primeira sessão que assisto neste período, dar as boas vindas ao nobre deputado Antônio Belinati, companheiro de bancada; político autêntico,

companheiro de muitas e muitas lutas, nesta Casa, que aqui já estivemos juntos em 1970 e na oportunidade, nós pudemos, efetivamente, aquilatar seu grande espírito público, seu despreendimento em favor das legítimas causas populares.

Nestas condições, eu espero que sua excelência continue naquela sua linha de combate, do bom combate em favor do Paraná.

Sr. presidente, nobres srs. deputados. As eleições realizadas na Argentina, para abertura e redemocratização daquela nação amiga, tiveram o condão de despertar a consciência política nacional para o problema das eleições do futuro sucessor do presidente Figueiredo. Todas as correntes de opinião pública do País, estão clamando por eleições diretas. Nós lemos com atenção a entrevista dada pelo presidente Figueiredo, a um país estrangeiro, quando ele se declarava a favor das eleições diretas, culpabilizando o nosso partido pela sua não realização. Naquela oportunidade, um grupo de deputados chamados "autênticos" do PDS, desafiaram publicamente o presidente da República, a mandar mensagem ao Congresso Nacional, alterando dispositivo constitucional, que prevê a escolha de seu sucessor pela via indireta.

Agora, em todo esse episódio, o que se evidenciou foi muita hipocrisia, principalmente por parte dos partidos de oposição; que embarcaram na onda, no calmar das eleições diretas, como se fosse o PDS o vilão da história, porque não queria, efetivamente, as eleições diretas.

É esta uma aspiração do nosso partido, pelo menos deste deputado que vos fala. Porque, em todas as oportunidades, eu me manifestei pelas eleições diretas, em todos os níveis. Mas, ao que me refiro, é que houve uma hipocrisia, porque logo em seguida o Congresso Nacional, teve oportunidade de apreciar em emenda à Constituição de autoria do deputado Armando Pinheiro, que restabelecia o pleito direto, para os prefeitos das capitais. E o que se viu naquela oportunidade? O PMDB, que aparece como dono da luta pelas eleições diretas, omitiu-se; o líder daquele partido não convocou a sua bancada com a mesma ênfase, com o mesmo empenho, como por ocasião daquelas votações dos famigerados decretos números 2024, 2045 e dois mil e tantos outros.

Então, nesta oportunidade, sr. presidente, nobres srs. deputados, é que nós conhecemos efetivamente a linha de sinceridade de um partido político. Por isso estou na tribuna hoje, para dizer que no PMDB existem vozes realmente sinceras. Eu não quero imiscuir-me, longe de mim, na economia doméstica de um partido que não é o meu.

Mas agora, ainda hoje, li no jornal "A Folha de São Paulo", um telex enviado pelo prefeito de Curitiba, sr. deputado Maurício Fruetr, a todos os prefeitos das capitais, conclamando-os para que pressionem o sr. presidente da República, no sentido de que envie a mensagem alterando o dito dispositivo constitucional que prevê a sua sucessão para pleito indireto.

Eu quero, nesta oportunidade, parabenizar-me com o prefeito de Curitiba, que aliás, tivemos uma convivência amiga, neste mesmo plenário, pois sempre lutamos pelas boas causas, pelo bom combate.

Mas, nesta oportunidade, uma voz corajosa levantou-se concretamente, de uma forma concreta, conclamando os Prefeitos de todas as capitais brasileiras, como já disse, para pressionarem o Chefe do Poder Executivo Nacional, a enviar mensagem ao Congresso alterando aquele dispositivo. Porque, na iniciativa do Congresso, eu não acredito. Sinceramente não acredito. Porque nem ao próprio PMDB hoje interessa eleição direta. Eles estão é "dando uma de bom moço", quando efetivamente não desejam a eleição direta.

Eu lamento, sr. presidente, mas volto noutra oportunidade. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A Presidência recebe, nesta Casa, a visita dos srs. Armando Mazoni, prefeito

de Japurá, e do vereador Osvaldo Frasato, presidente municipal da Câmara Municipal de Japurá.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Orlando Pessuti. — (Declina)

Havendo declinado, no Grande Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado Caíto Quintana, inscrito.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. presidente, srs. deputados. (Lê):

"Estamos por terminar o conturbado ano de 1983, com um saldo, acreditamos, positivo em termos legislativos.

Como integrantes pela vez primeira desta Casa de Leis, somos forçados a reconhecer que, em termos gerais, não nos decepcionamos com o nível dos debates, com a profundidade dos temas e com o preparo demonstrado pelos ilustres pares desta Assembléia, o que vem provar que o povo quer participar, sabe votar e tem capacidade para escolher. Daí porque reafirmamos nosso desejo de ver todos os dirigentes deste País, em particular o presidente da República, eleito pelo voto direto dos brasileiros.

Entretanto — e quase sempre existe um porém — ocupamos hoje esta tribuna para, não em nome do nosso partido, mas falando com a voz de paranaense autêntico, discordar de algumas colocações feitas neste plenário, que a nosso ver, desilustraram o espírito paranista que deveria, em primeiro lugar, nortear o comportamento de todos nós.

Sr. presidente, srs. deputados.

O Paraná, representando somente 8,17 por cento da população brasileira e apenas 2,34 por cento da área total do Brasil, produz hoje mais de 30 milhões de toneladas de grãos, ou seja, cerca de 40 por cento do total nacional. Nosso Estado responde sozinho por mais de 4 por cento do montante da arrecadação dos tributos federais e por 5,48 por cento do global Prosuto Interno Bruto Nacional.

Apenas alguns dados como estes seriam suficientes para demonstrar a importância do Paraná no cenário brasileiro e realçar a incontestável posição de liderança que a gente deste Estado, com muito trabalho, conseguiu angariar a nível nacional.

Assim, o Paraná, reconhecidamente o celeiro do Brasil é uma das mais importantes alavancas do desenvolvimento brasileiro em todos os setores, deve estar sempre na posição daquele que, ao cumprir fielmente suas obrigações, deve ter o direito também de exigir, não compensações, mas pelo menos um mínimo de reciprocidade por parte do governo da República.

Infelizmente, parece que nesta Casa, mesmo em linhas gerais, muitos não pensam como nós.

Detectamos aqui vozes pouco paranaenses, preocupadas mais com as diferenças político-partidárias do que com os altos interesses do nosso Estado.

Ouvimos falar em governo paralelo. Escutamos rumores de viagens com objetivos de tentar recursos apenas para determinados municípios, governados por integrantes da sigla do PDS. Até nos enrubecemos ao sentir que alguns daqueles que foram eleitos para serem os porta-vozes do Paraná, teciam críticas irônicas e ferozes contra o governador dos paranaenses, que procurava fazer seu Estado ser ouvido pelo Poder Central.

E por que tudo isto?

Seguramente porque o Paraná é, pela vontade esmagadora de sua gente, governado pela oposição.

Mas, se o motivo é este, também o Brasil, como um todo, deveria ser criticado. Pois o Brasil é oposição. Senão vejamos:

— Os governadores eleitos pela oposição estão a governar hoje, mais de 71 milhões de brasileiros espalhados por sobre 5,1 milhões de quilômetros quadrados, ou seja, 58 por cento do total da população brasileira, em exatamente 60 por cento do território nacional.

Esta gente, que confiou na oposição e recusou o PDS, é responsável por cerca de 215 milhões de dólares

de 75 por cento da produção brasileira de bens e serviços.

Esta é a terra da oposição pela vontade soberana do povo. Representa a grande maioria do Brasil atual. Em população representa duas Polônias. Em território equivale a duas Argentinas. Em economia, vale duas Espanhas.

Fiquemos apenas com um dos partidos da oposição, o PMDB. Este partido, onde encontrei o endereço de minhas lutas, aspirações e já as primeiras vitórias.

— O PMDB é hoje maioria em 53,29 por cento da população urbana e 40,2 por cento da população rural, perfazendo sozinho, mais de 50 por cento do total do contingente humano brasileiro contra menos de 40 por cento do PDS.

— O PMDB é o partido majoritário nos Estados que arrecadam 48,3 por cento do total dos tributos federais, contra apenas a insignificância de 13 por cento dos Estados do PDS. Portanto, que fique bem claro que o grande responsável pela arrecadação federal neste País, vale dizer, pelo orçamento da União, são os Estados administrados pelo partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Que se façam as diferenças devidas.

O País do PMDB é o País da produção, do trabalho, das eleições diretas em todos os níveis, da vontade popular expressa no voto universal e não em sofismas que transformam Colégios Eleitorais minoritários em majoritários.

O País representado pelo PDS é o País dos Estados do voto de cabresto, dos prefeitos nomeados, dos escândalos e das falências.

O Paraná, sr. presidente, srs. deputados, é PMDB. É oposição. E os Estados da oposição respondem por mais de 55 por cento da produção agrícola brasileira; por mais de 84 por cento da produção industrial e por mais de 73 por cento do total do setor de serviços.

E estes Estados brasileiros, em contrapartida, recebem apenas, juntos, 36 por cento dos recursos transferidos à conta do Fundo de Participação dos Estados e a insignificância de 26,5 por cento do Fundo Especial.

— Infelizmente, a quase totalidade dos eleitores — e parece que até mesmo alguns representantes do povo — pensa que o governador do Estado pode voar por suas próprias asas. Pouca gente sabe que os governadores são governados pelo ICM, matéria de decisão federal. Nenhum governador pode alterar qualquer alíquota e muito menos criar imposto novo. Nesta matéria, o governador do Estado tem como patrões os ministros do Planejamento e da Fazenda, além, é claro, no caso brasileiro, do Fundo Monetário Internacional.

— Quanto ao endividamento externo, a autonomia dos governadores termina nos Gabinetes de Delfim, Galvéas e Pastore, pois o avalista sempre tem razão e o aval é da União.

Portanto, vamos colocar as coisas no devido lugar.

Tecemos todas estas considerações, pois tivemos o desprazer de ouvir verdadeiros descalabros, próprios daqueles que desconhecem a realidade acerca da administração José Richa, ou desejam torpedear-la com argumentos insustentáveis e inverídicos.

É inacreditável que representantes do povo paranaense tenham afirmado que o governador José Richa teria ido a Brasília socorrer-se do Governo Federal. Isto mesmo. Segundo a linguagem, aliás, pouco recomendável, nosso governador teria ido mendigar recursos junto ao governo do PDS.

Em primeiro lugar é preciso não esquecer que o Governo Federal é — ou deveria ser — o governo de todos os brasileiros e não dos brasileiros ou dos poucos Estados governados pelo PDS.

Em segundo lugar — e não por ordem de importância — não se deve esquecer que o governador do Paraná é do PMDB e o PMDB é o partido majoritário no Brasil, em termos de votos, por

vontade popular ratificada nas urnas por ocasião das últimas eleições gerais.

Ficam aqui nossas considerações, esclarecimentos e nosso apelo.

Que os parlamentares eleitos pelo povo paranaense saibam representar este Estado. Que aprendam a lutar por ele.

Que não desmereçam, mas admirem o governador do Estado que, ao invés de acomodar-se, defende com garra os nossos interesses, reivindica, cobra e faz o Paraná falar alto nos escalões do Governo Central onde predomina o PDS.

Sim, o PDS e onde o desprestigiado PDS paranaense não tem voz nem vez, pois não temos representantes do Estado nos altos escalões governamentais a nível federal, uma prova evidente da timidez e da falta de prestígio das lideranças políticas paranaenses junto ao Governo da República.

Fica o alerta e acima de tudo o exemplo. Se quem deveria exigir para o Paraná aquilo que é de direito do nosso Estado, a nível federal, cala-se e apequena-se pelo menos respeite quem desfralda, apesar das condições políticas adversas, a bandeira paranaense no cenário político e econômico nacional.

Que a lição seja aprendida. O Paraná nada tem a pedir ao Governo Federal. Tem é que exigir, pelo menos uma parcela mínima do muito com que contribui para o Brasil.

Sejamos políticos. Esta é a nossa missão. Mas é uma missão que nos foi outorgada pelo povo do Paraná e portanto, antes mesmo de políticos, sejamos paranaenses, verdadeiros paranaenses”.

**O Sr. Luiz Alberto Oliveira** — Vossa excelência me concede um aparte?

Eu desejo discordar do pronunciamento que vossa excelência faz nesta tarde, especialmente no seu fecho, de vez que não vejo o sr. governador José Richa defender nenhuma das grandes causas paranistas. Vejo sua excelência o sr. governador muito tímido ao defender as causas que interessam ao Paraná.

Pelo contrário, vejo até sua excelência o governador do Estado, um grande conciliador com o Governo Federal. Por isso creio que é importante, realmente, que hajam ações paralelas no sentido de pleitear ao Paraná aquilo que o Paraná tem de direito. E a expressão não é minha; a expressão é de Padre Vieira, que diz que, quando uma pessoa pleiteia aquilo que é de direito, pleiteia como quem pede exigindo, não pleiteia como quem pede mendigando. E o governador do Estado, no seu afã conciliatório, que é uma característica inclusive de sua personalidade política, conhecida pelo Paraná, tem realmente pedido pelo Paraná, mas não exigido aquilo que o Paraná tem direito no concerto da Nação brasileira.

**O SR. CAÍTO QUINTANA** — Eu agradeço o seu aparte, nobre deputado, mas acreditamos que o governador José Richa tem representado os anseios do povo paranaense, e nas limitações possíveis, tem peiteado em favor do povo da nossa terra. E quando vossa excelência fala em paralelo, eu gostaria de, lembrando a figura geométrica do paralelismo, como duas linhas que caminham lado a lado, que nós aproveitamos esta abertura política para as duas bancadas de partido, caminhando, lado a lado, darem as mãos pelo engrandecimento do Estado do Paraná.

**O SR. PRESIDENTE** — Consulto a liderança do PDS se fará uso do seu horário.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é reservado.

Com a palavra o nobre deputado Luiz Alberto Oliveira.

**O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA** — Sr. presidente, srs. deputados.

Esta Assembléia foi convocada por sua excelência o sr.

governador do Estado, para um prazo de 15 dias, analisar uma série de mensagens que hoje nos chegaram às mãos, matérias de vital importância para o nosso Estado, mas sobretudo, sr. presidente, srs. deputados, matérias de alta indagação e de gravidade para os destinos do Paraná.

Sua excelência o governador José Calil Richa, subsidiado pelo seu pró-Cônsul Garanhão, encaminha a esta Casa um verdadeiro novo sistema tributário estadual pretendendo, não só aumentar a alíquota de ICM, medida denunciada pelos jornais e pelas associações comerciais como inflacionária e recessiva, mas também pretende, de surpresa, num período extraordinário, conseqüentemente curto, fazer praticamente um Sistema Tributário Estadual.

Por isso, sr. presidente, srs. deputados, assumo a tribuna hoje, para alertar os srs. parlamentares dos dois partidos, para a importância da matéria que está em tramitação na Casa, e para estranhar, sr. presidente, srs. deputados, que o sr. secretário do telefone, Erasmo Garanhão, tenha querido aproveitar-se de um período extraordinário curto para fazer mudanças tão profundas no sistema tributário estadual.

Não é apenas o aumento da alíquota, mas é a reformulação em praticamente todas as leis que regem a matéria do Imposto de Circulação de Mercadorias, neste Estado.

Não é boa prática administrativa, sr. presidente, srs. deputados, que se faça, apressadamente, atabalhoadamente, modificações de tamanha importância. Se este Poder quer ser, realmente, o poder do povo, é preciso, para matérias como estas, que se convoque esta Casa, representantes das associações comerciais de todas as entidades do Paraná, para que possamos fazer um estudo acurado das implicações que esta matéria tem na vida financeira do Estado do Paraná.

A par disto, sr. presidente, srs. deputados, outras mensagens são encaminhadas à consideração desta Casa. 110 milhões de dólares para a Copel e o PMDB prometeu não governar com dólares, para o sistema de eletrificação rural do nosso Estado.

Mais ainda, sr. presidente, 80 milhões de dólares, numa segunda mensagem, para cobrir o déficit orçamentário que o governo prevê para o ano de 1983. E não é possível concordar com a possibilidade deste déficit orçamentário, porque nós sabemos que os produtos agrícolas no nosso Estado subiram 330 por cento, conseqüentemente, a nossa arrecadação tem subido violentamente nos últimos tempos.

E é o secretário das Finanças, a declaração de que o Estado está arrecadando este mês, 205 por cento a mais do que arrecadara no mesmo mês, no ano passado.

Por isso, sr. presidente, srs. deputados, eu conclamo a todos os parlamentares dos dois partidos, que, neste período extraordinário, nos dediquemos com afinho superior para que possamos, realmente, votar com consciência e com tranquilidade, mensagens que realmente alteram a estrutura financeira e econômica do Estado do Paraná.

O sr. Nilso Sguarezi — Vossa excelência permite um aparte?

(Assentimento) Nobre deputado, vossa excelência tem razão quando aborda o aspecto de que 15 dias realmente é um prazo muito diminuto para apreciar matéria de tão alta importância.

Devo esclarecer a vossa excelência e à Casa, que hoje pela manhã, tivemos uma reunião com o governador, os integrantes da nossa bancada, ficou ajustado de que fosse prorrogado esse prazo de convocação para 30 dias, a fim de que se possibilitasse um estudo mais detalhado dessas matérias.

Portanto, deverá, na mensagem de aumento do funcionalismo, ou num outro expediente, vir o pedido do governador, de que o prazo de convocação seja a partir de 06, por um prazo de 30 dias, e não de 15 dias, como veio erroneamente na convocação.

Era este o esclarecimento que eu queria fazer à vossa excelência.

de Vossa excelência, e afirmo que, um erro a mais ou a menos no governo José Richa não estranha à bancada do PDS. Eu espero que, no prazo de 30 dias, nós possamos realmente transformar esta Assembléia, num grande Forum de Debates, a respeito das propostas de mudanças das leis de ICM no Estado do Paraná, pois não é possível que esta Assembléia, em 10 sessões, possa mudar a sistemática de cobrança de tributos, aumentando violentamente a carga fiscal sobre todos os comerciantes e os industriais do Estado do Paraná.

Eu tive oportunidade de ler rapidamente a Mensagem, mas creio que a volúpia fiscal do sr. Garanhão, não encontra precedentes na história da Secretaria das Finanças do Estado do Paraná e nem similar no Brasil, de vez que, todas as taxas existentes no Estado do Paraná, são transformadas em ORTN(s) e outras medidas, que vão sobrecarregar os contribuintes do Estado do Paraná.

Nós já estamos vivendo num clima de arrocho fiscal, no Paraná, já estamos vivendo um clima em que o secretário das Finanças diz que faz empréstimo internacional porque ele acredita que não precisa saldar a dívida, "pregando o calote" oficial, no Estado do Paraná.

E é por isso que esta Casa vê redobrada a sua responsabilidade ao analisar mensagens de secretários de Estado que têm se comportado de maneira irresponsável, na condução do trato da coisa pública do Paraná.

Muito obrigado, sr. presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 srs. deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 178/83 (Mensagem n.º 120/83), alterando dispositivos da Lei n.º 7051, de 04/12/87, que dispõe sobre a Estrutura da Receita do Estado — IPE, e dá outras providências. — **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 115, em Mensagem).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 11/83 (Mensagem n.º 19/83), que aprova os Convênios de n.ºs 393 e 394, celebrados em 05 de novembro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e a Sudesul. **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 05, em Mensagem 19/83).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 46/83 (Mensagem n.º 47/83), que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado de São Paulo, o Departamento de Águas e Energia Elétrica, o Estado do Paraná e a Portobrás, S/A para executar o desassoreamento do Canal do Varadouro, para permitir a navegação interior entre Iguape, Estado de São Paulo, e Paranaguá. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 46/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio de Cooperação n.º 07/83, celebrado em 02 de fevereiro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, o Estado de São Paulo, através de sua Secretaria de Estado dos Negócios dos Transportes, do Departamento Hidroviário e do Departamento de Águas e Energia Elétrica e a Empresa de Portos do Brasil S/A — Portobrás, objetivando executar o desassoreamento do Canal do Varadouro, para permitir a navegação interior entre Iguape, Estado de São Paulo, e Paranaguá, Estado do Paraná.

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 47/83 (Mensagem n.º 48/83), que aprova Termo Aditivo datado de 11/05/83 ao convênio celebrado em 18/11/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e a Empresa Brasileira do Planejamento de Transportes - GEITOP, objetivando a prestação de serviços de assistência técnica e a co-participação em estudos e pesquisas de transportes no Estado. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 47/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o primeiro Termo Aditivo datado de 11 de novembro de 1983, ao Convênio celebrado em 18 de novembro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEITOP, objetivando a prestação de serviços de assistência técnica e a co-participação em Estudos e Pesquisas de Transportes no Estado.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 147/83 (Mensagem n.º 78/83), que extingue a Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, criada pela Lei n.º 6636, de 29/11/74, transferindo suas atribuições, pessoal e patrimônio para a Secretaria de Estado da Administração com pareceres Favoráveis da C.C.J., por maioria e da C.R.H., por unanimidade. — **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º , em Mensagem 78/83).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PROJETO DE LEI N.º 137/83

#### PARECER:

Oriundo de Mensagem Governamental, visa o presente plano de lei extinguir a Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, criada pela Lei n.º 6636, de 29 de novembro de 1974, e regulamentada pelo Decreto n.º 1683, de 09 de março de 1976, passando as suas atribuições, pessoal e patrimônio, para a Secretaria de Estado da Administração. — SEAD.

O que se depreende do aludido projeto de lei, é que o mesmo se propõe a viabilizar e direcionar as atividades no âmbito da Administração Pública Estadual, frente a uma nova concepção governamental, que pretende o fortalecimento de uma política de meios administrativos mais eficazes, determinada por procedimentos de valorização de política de pessoal, e ainda, a redução dos gastos públicos, em virtude de um melhor aproveitamento da estrutura administrativa do Estado.

Analisando-se a matéria sob o aspecto legal e constitucional, a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, temos que nada há que possa obstar sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, e somos pela aprovação do presente plano de lei.

Sala das Comissões, em

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

CAÍTO QUINTANA

Relator

#### COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

#### PROJETO DE LEI N.º 147/83

#### PARECER:

O Poder Executivo, através da Mensagem n.º 78/83, objetiva extinguir a Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, criada pela Lei n.º 6636, de 29 de novembro de 1974, transferindo suas atribuições, pessoal e patrimônio, para a Secretaria de Estado da Administração.

A matéria é de competência exclusiva do excelentíssimo sr. governador do Estado, não ferindo qualquer preceito legal ou constitucional.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável ao projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) ODENI MONGRUEL — Presidente

NELSON VASCONCELLOS — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando regime de urgência aos Projetos de Lei n.ºs 244, 245, 246, 248, 249 251 e 250/83. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. ministro da Agricultura, encarecendo o estabelecimento de faixas de preços para a aquisição de sementes. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente solicitando voto de congratulações à editora "Diário Popular", pela promoção "Chuteira de Ouro". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 28.º aniversário do município de Arapoti. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos para auxiliar no pagamento dos funcionários públicos do município de Boa Esperança. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

O sr. presidente da Comissão de Constituição e Justiça, sr. deputado Djalma de Almeida César, convida os srs. deputados membros da CCJ, para reunião desta comissão logo após esta sessão plenária.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quinta-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

**REDAÇÃO FINAL** — dos Projetos de Resolução n.ºs 89, 94 e 95/83.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 147/83.

O Sr. Presidente convoca ainda uma Sessão Extraordinária para logo após o término da sessão ordinária, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

**REDAÇÃO FINAL** — dos Projetos de Resolução n.ºs 96 e 111/83.

Levanta-se a sessão.